



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONSELHO DE ALTOS ESTUDOS E AVALIAÇÃO TECNOLÓGICA		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0224/11	DATA: 06/04/2011
INÍCIO: 14h20min	TÉRMINO: 15h47min	DURAÇÃO: 01h26min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h26min	PÁGINAS: 31	QUARTOS: 18

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Debate sobre os seguintes temas: *Setor Mineral: Rumo a um Novo Marco Legal; Inovação, Propriedade Intelectual e Patentes; Marco Regulatório para as Energias Renováveis.*

OBSERVAÇÕES
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Boa tarde a todas e a todos.

Eu quero saudar os Srs. Parlamentares presentes: os ilustres Deputados Luciano Moreira, Luiz Noé e Pedro Uczai.

Pauta: Informe sobre os estudos.

Setor Mineral: Rumo a um Novo Marco Legal. Relator: Deputado Jaime Martins. O material está em fase de revisão e consolidação. Expectativa de lançamento da publicação no dia 1º de junho de 2011, no espaço do Café do Salão Verde.

Inovação, Propriedade Intelectual e Patentes. Relator: Deputado Newton Lima, que vai informar sobre o andamento do estudo.

Marco Regulatório para as Energias Renováveis. Relator: ilustre Deputado Pedro Uczai. Vou conceder a palavra a S.Exa. para que nos informe sobre esse estudo.

Antes, eu quero saudar o Secretário-Executivo do Conselho de Altos Estudos, meu grande amigo Ricardo Rodrigues, Diretor da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados.

Deputado Pedro Uczai, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, colegas Parlamentares, Dr. Ricardo Rodrigues, que tem-nos acompanhado nas reuniões e discussões junto com Paulo César e demais consultores, vamos ao nosso informe.

Depois de duas reuniões realizadas com a equipe de consultores — Paulo César e o Wagner —, chegamos a alguns consensos. Fiquei extremamente feliz pelo acúmulo de conhecimento produzido na Câmara, no âmbito desta Comissão, em relação a esta matéria, energias renováveis.

Criamos nas duas reuniões alguns encaminhamentos. Em primeiro lugar, é preciso ter um conhecimento da legislação atual para fazer o diagnóstico das energias renováveis com base na legislação brasileira. Em segundo lugar, as propostas legislativas que estão em tramitação no Congresso — e tive a oportunidade de desarquivar várias dessas propostas no sentido de tomar conhecimento das que estão aqui na Casa, no âmbito de uma ou de outra



Comissão, de diferentes Parlamentares — devem ser trazidas à Mesa, para a análise das grandes sínteses desses projetos. Há alguns projetos extremamente meritórios e importantes para a conjuntura atual.

Então, os encaminhamentos são estes: legislação atual; propostas legislativas em tramitação no Congresso, para conhecimento de todos os colegas Parlamentares no âmbito deste Conselho.

E a terceira proposta que construímos é a de dar continuidade ao que se realizou no passado, no âmbito deste Conselho: a realização de um grande debate nacional e internacional sobre matriz energética e energias renováveis.

O que incitou este debate neste espaço foi a própria situação do Japão, da energia nuclear. O Brasil tem previsão de produzir novos projetos nucleares. E a comunidade científica e diferentes setores começam a se manifestar a esse respeito.

A nossa proposição, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é a de realizar esse seminário internacional no final do mês de agosto, como uma segunda edição. Tivemos uma experiência em Santa Catarina, e eu gostaria de deixar com o Presidente deste Conselho, Deputado Inocêncio Oliveira, a síntese dos trabalhos que desenvolvemos. São dois livros — *Inevitável Mundo Novo*, Volumes I e II — em que discutimos energias renováveis, produção de alimentos e o futuro do planeta. Vou deixá-los com V.Exa., para que tome conhecimento dos debates que estamos realizando em Santa Catarina, aos quais daremos prosseguimento em agosto, num seminário a ser realizado lá. Paralelamente, poderíamos fazer um grande seminário internacional aqui no Congresso Nacional.

Essa é a sugestão. Se os Deputados concordarem, em seguida vamos dar o encaminhamento e apresentar uma proposta, uma programação desse seminário, a ser realizado no mês de agosto.

Em quarto e último lugar, eu fico feliz de dizer que recebi um artigo de Ildo Sauer, que todos conhecem. Ildo Sauer é um dos grandes especialistas, pesquisadores e cientistas do Brasil. Ele escreveu um artigo, publicado na *Folha de S.Paulo*, na Coluna *Tendências/Debates*, sobre energia nuclear no Brasil pós-Fukushima. Ele mostra que, se o Brasil fizer uma opção, em vez das energias nucleares, esse recurso poderia não só produzir tanto quanto se propõe a energia



nuclear, de forma limpa e renovável, como também potencialmente produziria mais com o mesmo recurso. Ele demonstra com vários projetos e alternativas que estão hoje na matriz energética brasileira que o nosso País pode efetivamente se transformar em referência para o mundo.

Temos uma grande oportunidade. Essa crise do Japão pode se transformar, como diz o chinês, numa oportunidade para o Brasil montar uma matriz energética, não só concentrada, mas também distribuída, descentralizada.

O grande debate que podemos fazer neste Conselho é no sentido de que, junto com os grandes projetos energéticos brasileiros na área de energia limpa, como as hidrelétricas, temos condições de construir um novo marco jurídico, um novo marco regulatório, permitindo também a descentralização. Há também novas perspectivas energéticas. Percebe-se que as regiões do País poderiam ter a sua própria energia regional — eólica, solar, biomassa, pequenas centrais hidrelétricas.

Já estamos buscando desenvolver, a partir dessa tecnologia alemã que substitui inclusive as turbinas... O parafuso de Arquimedes, que se produziu a 2 mil anos atrás, é uma tecnologia para projetar dejetos de uma parte inferior para uma parte superior, por exemplo. Desenvolveu-se essa tecnologia invertendo-se e colocando o parafuso, movimentando-se em pequenas quedas d'água, em fios d'água, gerando energia principalmente em regiões em que há dificuldade de distribuição. Temos, portanto, várias alternativas.

Acho que nesse seminário internacional poderíamos discutir tecnologias, novo marco jurídico regulatório para o Brasil e apresentar ao Governo uma alternativa ao projeto nuclear. Poderíamos mostrar e demonstrar cientificamente que é possível produzir com menos investimento — dos 8 bilhões por unidade que se propõe com as usinas nucleares —, com muito menos custo, a mesma geração de energia, e energia limpa.

Então, Sr. Presidente, estou muito animado e muito feliz, porque a assessoria, os consultores têm amplo conhecimento científico nesta área, e poderemos contribuir com esta primeira proposição: o diagnóstico do que já existe de legislação; as novas propostas que estão tramitando no Congresso; e a realização de um seminário internacional, que poderia ser a segunda edição, aproveitando inclusive a marca que este Conselho já produziu — daria para fazê-lo, mantê-lo e legitimá-lo



com a segunda edição desse seminário internacional. E, a partir do caminhar deste Conselho, junto com os consultores, poderíamos propor outras ações, outras atividades e outras pesquisas a respeito deste tema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Agradeço a belíssima participação ao ilustre Deputado Pedro Uczai e também os dois volumes do livro *Inevitável Mundo Novo*, em que V.Exa. trata da relação das energias renováveis com a produção de alimentos e com outras fontes alternativas.

Eu gostaria de dizer a V.Exa. que vou ler o livro. Eu já tinha ouvido falar deste livro. Acho que é uma referência importante para aqueles que desejam conhecer essas novas alternativas energéticas, que, devido a esse problema ocorrido no Japão recentemente, passaram a ter uma nova conotação e uma nova penetração na produção de energia.

Meus parabéns a V.Exa.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. Presidente, se houver algum Deputado do Conselho interessado no livro, eu me comprometo a trazer mais livros na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Todos vão querer o livro, Deputado Pedro. (*Risos.*)

Quero saudar o ilustre Deputado Jesus Rodrigues, que nos honra com sua presença.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. Presidente, eu gostaria de informar que amanhã estaremos recebendo cientistas da Europa e empresários que estão discutindo energia solar. Eles querem prospectar no Brasil se é possível buscar parceiros, pesquisadores, centros de pesquisa, para desenvolver projetos no Brasil, que tem um potencial energético enorme na área solar. Depois farei um relatório da visita deles, para dar conhecimento a este Conselho sobre a área solar, o maior desafio para nós. Nós temos muito Sol, e é de graça. E com um mínimo impacto social e ambiental. Acho que o Brasil poderá se desenvolver nessa área. É um dos grandes desafios deste Conselho também.

Era o que gostaria de informar. Vou ter de me ausentar hoje, em função desta visita amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Obrigado, Deputado Pedro.



Fiquei muito feliz com a assessoria que está sendo dada, o que para mim não é surpresa, e com a realização de um seminário internacional no segundo semestre, em agosto.

Passo a palavra ao ilustre Deputado Newton Lima, que vai falar das providências que estão sendo tomadas sobre o estudo *Inovação Tecnológica, Propriedade Intelectual e Patentes*.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Muito obrigado.

Boa tarde, Presidente do Conselho de Altos Estudos, Deputado Inocêncio Oliveira, e demais colegas.

Dentro da perspectiva de fazer a lição de casa e com o apoio extremamente gabaritado da Casa, da Assessoria deste Conselho, preparei uma minuta, que quero passar às mãos de V.Exa., Sr. Presidente — vou deixar cópias com a Assessoria e com os colegas Deputados. É a minuta de um plano de trabalho, por enquanto, sobre o tema *Inovação Tecnológica, Propriedade Intelectual e Patentes*.

Eu me socorri de quatro bibliografias — ao final estão aí arroladas — para apresentar um primeiro arrazoado do nosso trabalho, algumas noções básicas do tema, não só da inovação como também da propriedade intelectual. E ousei trazer à consideração dos colegas um roteiro de trabalho — à página 5, Deputado Inocêncio —, que se divide em dois eixos.

Primeiro eixo:

“Diagnosticar e analisar as principais características do financiamento da Pesquisa e Desenvolvimento no País, de maneira a identificar as razões pelas quais, de um lado, ainda não alcançamos os níveis de investimento em P&D/PIB dos países desenvolvidos,” — como sabemos, o Brasil ainda aplica porcentagem inferior à que os países desenvolvidos aplicam: mais de 2% do PIB; devemos chegar a 1,5%; mas estamos aguardando o balanço do ano passado —, “quicá dos chamados emergentes e, de outro, identificar os principais obstáculos à elevação do investimento público e privado na inovação tecnológica.”



Segundo eixo:

“Elaborar proposições legislativas que modernizem a relação entre os agentes fundamentais do processo de inovação, a serem contemplados no seio de um sistema nacional de inovação”.

Com isso, dentro do tema *Inovação Tecnológica, Propriedade Intelectual e Patentes* — o pano de fundo é inovação, mas o nosso objeto é este —, imaginamos uma etapa de visitas técnicas e outra etapa de requerimentos, para chamarmos pessoas. Dada a elevada concentração — não é exclusiva — de institutos, entidades, empresas estatais, escritórios de advocacia na região do Rio de Janeiro e São Paulo, tomem, por favor, os colegas esta apresentação de sugestão, esta minuta, apenas como o pontapé inicial no processo. Ou seja, é preciso recheiar de outras visitas técnicas, a outros lugares tão importantes como Recife, como certamente Porto Alegre e Belo Horizonte, por proposição dos colegas Parlamentares, com o objetivo focado no tema em questão, do nosso estudo.

Do Rio de Janeiro eu elenquei, por óbvio, a FINEP; a PETROBRAS; a Universidade Federal do Rio de Janeiro; o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual — uma visita a esse instituto vai ser muito importante, porque é o foco das nossas preocupações; o próprio Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; a FIOCRUZ, que produz inovação e deve saber das dificuldades do patenteamento; e uma empresa inovadora a ser selecionada, que possamos identificar como produtora de conhecimento tecnológico com dificuldades de patenteamento.

De São Paulo, a FAPESP — Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo; a própria USP, como a maior universidade do País — e tem um grupo específico, criado pelo magnífico reitor, que trata deste tema; portanto, especialistas vão nos ajudar nessa discussão; o próprio Instituto de Pesquisas Tecnológicas, o IPT; a UNICAMP, outro grande centro; o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron; o Movimento Empresarial pela Inovação — faremos reunião nesta sexta-feira, na Confederação Nacional da Indústria; Deputado Inocêncio, é importante que os empresários da CNI nos digam como veem a questão da propriedade intelectual no Brasil; a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos



Inovadores, a ANPROTEC; e o IEDI, o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, em cuja pauta está o tema da propriedade intelectual.

Em termos de requerimento, poderíamos chamar os Ministérios, os órgãos do Governo Federal diretamente envolvidos. Então, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e o Ministério da Ciência e Tecnologia; o Presidente do CNPq; o Presidente da FINEP; o Presidente da PETROBRAS; o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; o Presidente do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual; o Presidente do INMETRO; o Presidente do IPEA, que também tem estudos identificados nessa linha; o Presidente da EMBRAPA, que também tem relacionamento nacional e internacional sobre o tema do patenteamento.

E elenquei, para darmos início, 16 personalidades que, sob a minha ótica, têm muito a contribuir com os nossos estudos: o Prof. Roberto Lotufo, da INOVA; o Prof. Roberto Nicolsky, da UFRJ; o empresário Eugênio Staub; o professor brasileiro que está na Columbia University, Eduardo Viotti; Roberto Vermulm, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo; Pedro Passos, Presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial; Carlos Gadelha, que trabalha, no Ministério da Saúde, nessa área; Otávio Brandelli, da ALADI — ele é Embaixador e está na ALADI em Montevideú; é um especialista no tema; Mauro Borges Lemos, da ABDI; Antônio Carlos Filgueira Galvão, da nossa CGEE, órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia, que trabalha com estudos estratégicos e que tem livro publicado sobre a temática em questão; o Presidente da FAPESP, Prof. da UNICAMP e ex-Reitor Carlos Henrique Brito Cruz, estudioso do assunto; pelo Instituto de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, José Eduardo Cassiolato, que produz conhecimento na área também; Cláudia Chamas, da FIOCRUZ; o Prof. Rogério Cezar de Cerqueira Leite, com quem já estive, de Campinas, ex-UNICAMP, agora no CNPEM; Eduardo Albuquerque, da CEDEPLAR, estudioso da Universidade Federal de Minas Gerais.

Penso também em termos aqui um advogado ou uma advogada de escritórios especializados em patentes, que sabem talvez melhor do que ninguém quais são os óbices para o patenteamento de uma descoberta no Brasil. Chegamos ao nome da



Dra. Elisabeth Fekete, membro da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual, que tem evidentemente a ver com o nosso tema.

E eventuais empresas inovadoras que detectemos que tenham dificuldades com essa questão.

Propus, inicialmente, à consideração do Conselho, que as visitas técnicas acontecessem depois do feriado da Páscoa, sobretudo em maio e junho; em agosto e setembro, realizaríamos as oitivas com os convidados aqui no nosso Conselho; em outubro e novembro, poderíamos fazer o relatório final, para elaborar as proposições, quer sugestões ao Executivo, quer eventualmente proposições legislativas que venham a nos ajudar.

A ideia, portanto, é a de que até o final deste ano possamos concluir, com muita densidade, com muita profundidade, a reflexão sobre o tema *Inovação Tecnológica, Propriedade Intelectual e Patentes*.

Insisto: é um rascunho, é um borrão, é uma minuta. Preciso e gostaria não só que a Assessoria da Casa examinasse — faremos uma reunião daqui a 2 semanas —, mas também que o Presidente e os meus eméritos colegas do Conselho nos ajudassem a formatar o plano de trabalho.

Era essa a lição de casa que apresentaria ao nosso magnífico professor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Meus parabéns ao ilustre Deputado Newton Lima pela belíssima apresentação. Acredito que, com esse trabalho, ajudaremos o Brasil a ingressar num novo modelo de inovação tecnológica, propriedade intelectual e legalização de patentes. É fundamental isso. É uma grande contribuição que o Conselho dará à Casa, sem interferir em nenhuma Comissão Permanente.

Quero saudar o Deputado Antonio Balhmann, nosso convidado para todas as reuniões. Em todas elas será sempre bem-vindo. V.Exa. tem participação importante nesse setor, no Ceará, onde ocupou os cargos mais importantes do Estado.

O Deputado Arnaldo Jardim, membro titular deste Conselho, virá à próxima reunião. Ficou de vir hoje para propor o marco regulatório do etanol. S.Exa. acha que esse problema está muito sério e está fazendo com que muitas empresas no Brasil visem só ao lucro. Por isso precisamos fazer esse marco regulatório do etanol. Mas é bom que S.Exa. venha fazer a exposição.



Concedo a palavra, com muita satisfação, ao ilustre Deputado Luciano Moreira.

Informo sobre a primeira reunião de trabalho realizada com o Secretário-Executivo Ricardo Rodrigo, Paulo Mota e consultores legislativos na área de desenvolvimento urbano, trânsito e transporte.

Lamento muito ter de passar a Presidência para o meu amigo Newton Lima, porque tenho exame marcado às 15h. Infelizmente não poderei ficar. Para mim, é um constrangimento. Mas a condução dos trabalhos estará em melhores mãos.
(Risos.)

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Isso é impossível, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Passo a Presidência ao Deputado Newton Lima, embora qualquer um dos titulares mereça conduzir os trabalhos. O Deputado Pedro Uczai vai sair, e o Deputado Luciano Moreira vai fazer sua exposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Newton Lima) - Vou cumprir essa tarefa impossível de substituí-lo, Sr. Presidente.

Tem a palavra o Deputado Luciano Moreira.

O SR. DEPUTADO LUCIANO MOREIRA - Sr. Presidente Newton Lima, em primeiro lugar, quero parabenizá-lo pela metodologia que apresentou hoje a este Conselho, de forma ordenada, bem definida, com foco bastante claro sobre tema tão importante, acatado por todos os membros.

Na realidade, apresentamos a proposta da logística como tema a ser abordado, a ser encarado pelo Conselho, lastreados na problemática que hoje vivenciamos no Brasil da competitividade vinculada à logística.

Sabemos que a competitividade depende substancialmente da logística, principalmente em países continentais, como é o caso do Brasil. E estudos mostram a relação direta entre PIB, competitividade e IDH.

Dentro desse contexto, existe um índice de *performance* logística do Banco Mundial, publicado em 2010, no qual o Brasil ficou na 41ª posição. A Alemanha ficou em primeiro, e a Somália em 155ª. O nosso País se encontra em posição intermediária, ao mesmo tempo em que já desponta como a nação que nos próximos 10 anos vai ser a quinta maior economia do mundo.



Nós sabemos que essa *performance* da logística no Brasil é afetada negativamente pela situação das estradas e dos portos, sobretudo, principalmente quando chega o período de exportação das safras de soja e milho, que sobrecarregam a estrutura portuária de Santos e Paranaguá. Mas temos disponível, para atenuar essa problemática da logística portuária, portos como Itaqui, no Maranhão, o porto do Pará e os de outras regiões. E não se pode deixar de considerar o transporte intermodal, que contempla rodovias, hidrovias, ferrovias, enfim, todo esse complexo sistema, pelo potencial logístico, que pode ser encarado como prioridade dentro de um programa de investimentos do Governo Federal, para favorecer a solução do problema de logística, que hoje representa um gargalo para o Brasil.

Estivemos visitando a Confederação Nacional da Agricultura, em fevereiro de 2011, para conhecer um trabalho desenvolvido por eles e que tratava do Corredor Centro-Norte de Exportação.

Esse trabalho trazia como fator de dificuldade maior a questão da logística e, principalmente, a questão das estradas. Naquela ocasião, ficou demonstrada a capacidade de competir do Brasil, da porteira para dentro, como se diz nas fazendas, no tocante à produção de soja e milho. O grande gargalo estava exatamente da porteira para fora até chegar aos portos e daí competir no mercado internacional.

Também estivemos participando do lançamento de um projeto contratado pelas nove federações da indústria dos Estados da região da Amazônia Legal e que também trabalhou fortemente essa questão da logística e a necessidade de o Brasil contemplar, no seu programa de investimentos, os projetos estruturantes para possibilitar exatamente o desafogamento logístico, em função das dificuldades portuárias hoje existentes. Definiram 71 ou 72 projetos estratégicos e a estimativa de investimentos que o Governo deveria induzir, dos quais a iniciativa privada poderia participar ativamente, dependendo apenas do marco regulatório de um programa de parceria público-privada que pudesse efetivamente estimular esses investimentos privados no setor de logística, focando a Amazônia Legal.



Participamos ainda de outras reuniões. Por último, estivemos na Consultoria, procurando ordenar esse conjunto de ideias para a construção de uma estratégia a ser apresentada aqui no Conselho.

Foi uma reunião muito produtiva. O Dr. Ricardo compareceu com outros membros da Consultoria das áreas afetas ao estudo de logística. Iniciou-se um levantamento de tudo o que já foi produzido no âmbito de confederação, federação, Ministério dos Transportes e que pudesse agregar a um trabalho, a uma metodologia que não tivesse a necessidade, até porque não é esse o papel deste Conselho e muito menos da Consultoria, de elaborar pesquisa para identificação desses gargalos, confecção de diagnóstico, por falta de estrutura financeira e de pessoas com esse propósito.

Dados estão sendo levantados — acho que grande parte do trabalho está em andamento na Consultoria — para que, no dia 26 de abril, conforme reunião já agendada, possamos discutir de maneira mais focada o trabalho a ser apresentado aqui no Conselho sobre a logística portuária.

O trabalho está configurado como logística portuária porque se divagou muito sobre as questões do transporte, das hidrovias, mas tudo isso termina desaguando no ponto principal e determinante dessa dificuldade, que é a estrutura portuária existente.

Citamos como exemplo o Porto de Itaqui, no Maranhão, o meu Estado. Há 7 anos se discute a necessidade de ser construído lá um terminal de grãos integrado. Não é bem um terminal, mas uma logística para armazenar todos os grãos produzidos na região e também no Centro-Oeste, principalmente no Mato Grosso, que tem um potencial imenso. Mas, pelas restrições da capacidade instalada do porto, isso não acontece, o que faz com que haja uma canalização em grande escala para esses portos que hoje estão com dificuldade de exportação, fazendo com que o próprio Governo Federal seja obrigado a subsidiar o transporte para poder competir, como é o caso da soja.

Já se discute esse terminal de grãos há 7 anos, de forma mais pontual, isolada, enquanto que ele deveria estar contextualizado na problemática do transporte como um todo e do sistema ferroviário.



Estamos hoje num processo de duplicação da Estrada de Ferro Carajás, mas com foco na logística, para facilitar a exportação do minério de ferro, que é uma atividade bem definida de logística, com a operação sob a responsabilidade da Vale.

Temos estradas, tanto federais quanto estaduais, que precisam ser recuperadas para integrar esse canal de exportação, de escoamento, que vai favorecer não só a construção do módulo que está definido do terminal de grãos — e esse é apenas um exemplo que estou apresentando —, mas que poderia... Hoje se exportam 1 milhão e 900 mil toneladas, basicamente o que se produz no Estado do Maranhão — quer dizer, cerca de 300 mil toneladas a mais —, mas se poderia chegar a 15 milhões de toneladas das outras regiões, resolvendo, em grande parte, o problema de logística dos demais portos que estão com essas dificuldades.

Então, o trabalho está focado na logística portuária, mas sem perder de vista todas essas questões relacionadas ao transporte intermodal, pelo potencial do transporte hidroviário, rodoviário e ferroviário, de forma a facilitar a chegada até os portos, principalmente os quatro que se encontram na Amazônia Legal, como consequência de estudos já elaborados para identificar o potencial de cada um deles.

Existem muitas iniciativas já conclusivas, mas todas ou grande parte delas focadas na problemática setorial. E a ideia, quando se propôs esse olhar por parte do Conselho, em um trabalho dessa natureza, era que se pudesse, ao ter conhecimento de todas essas iniciativas, congregar tudo em um trabalho que apontasse ou até pautasse o Poder Executivo com um olhar diferente que pudesse canalizar investimentos nos programas sob a responsabilidade do Governo Federal.

Queremos, já na próxima reunião, depois do dia 26, quando teremos a reunião conclusiva na Consultoria, apresentar com mais detalhes toda a metodologia a ser desenvolvida no trabalho, inclusive a realização de eventos de âmbito regional, principalmente na região amazônica, na Amazônia Legal, de preferência nas regiões portuárias, realmente as de maior convergência desses problemas.

Esse é o estágio em que se encontra o nosso estudo a ser apresentado no Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Newton Lima) - Muito obrigado, eminente Deputado Luciano Moreira, pelas explicações sobre o andamento desse projeto.



Ousaria sugerir-lhe que talvez pudéssemos ampliar o nome, até pelo foco e pelo objeto. Passo à sua consideração a sugestão de que não seja só sobre logística portuária, mas talvez logística portuária e transporte intermodal. Talvez esse nome dê uma dimensão mais apropriada do conteúdo que nos foi exposto. Mas deixo a sua consideração.

O SR. DEPUTADO LUCIANO MOREIRA - Perfeitamente. Acho válido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Newton Lima) - É interessante, pois abrange também outros segmentos de interesse e talvez amplie nossos estudos.

Passo a palavra agora ao Deputado Jaime Martins, para nos relatar o andamento do estudo *Setor Mineral: Rumo a um Novo Marco Legal*.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Obrigado, Sr. Presidente.

Companheiros deste Conselho, queria, em primeiro lugar, registrar a alegria de poder estar aqui novamente. Já há alguns anos faço parte deste Conselho e agora o vejo revitalizado, com a presença de novos companheiros, que certamente chegam para poder engrandecer ainda mais o trabalho de tanta qualidade feito aqui neste Conselho e que tem sido, ao longo do tempo, tão importante para o nosso País.

Queria também apresentar minhas escusas, em função, naturalmente, do horário, mas todos os senhores sabem que aqui lidamos com várias coisas ao mesmo tempo, muitas atividades. Então, às vezes, temos que nos multiplicar, estar em três, quatro lugares ao mesmo tempo. O trabalho é muito concentrado, praticamente em 2, 3 dias da semana, e nos faz ter que contrariar as leis da física e estar em dois lugares ao mesmo tempo. Eu estava há pouco na reunião da bancada mineira.

Todos sabem que a mineração tem muito a ver com Minas Gerais e que preocupa muito, em termos de arrecadação, o nosso Estado. Esse tema também estava sendo discutido na reunião.

Desde o ano passado temos estudado esse tema. Já promovemos muitas reuniões. Felizmente, temos na Casa uma equipe de consultoria técnica da melhor qualidade que realizou pesquisas. No final do ano passado, produzimos um seminário que foi transmitido ao vivo pela *TV Câmara*, em que estavam presentes os maiores especialistas do Brasil sobre o tema, para falar sobre a necessidade de um novo marco regulatório para o setor mineral, tendo em vista que o nosso Código de



Mineração já está completando 50 anos de existência. Então, é preciso atualizar e modernizar esse marco legal.

Um dos pontos desse novo marco regulatório que não estão exatamente dentro do Código de Mineração, mas que fazem parte — e no meu ponto de vista são importantes —, é um projeto de lei que fizemos com a mesma consultoria e que está tramitando na Casa, sobre a retirada dos recursos naturais não renováveis dos benefícios da Lei Kandir, porque, além de não arrecadarmos adequadamente aquilo que o setor mineral pode contribuir com o País, estamos produzindo incentivos para a exportação, e é mais um ponto para se trabalhar na desindustrialização do nosso País. Por exemplo, já chegamos a ter o mercado interno do minério de ferro desabastecido, por incrível que pareça, em função de os preços do mercado internacional serem mais atrativos e também em função de promovermos diversos tipos de incentivo.

O minério de ferro, para ser vendido dentro do Estado ou do País, é taxado; para ser vendido para o exterior, ele recebe os incentivos da Lei Kandir. Prejudica os Estados, prejudica os Municípios e prejudica a União. Muitas vezes, a cada fechamento do Orçamento, há uma grande batalha para termos aqui a compensação aos Estados daquilo que eles deixam de arrecadar com a Lei Kandir. Ou seja, a União, ainda que parcialmente, tem que devolver recursos para os Estados, sob a chancela de compensação parcial dos prejuízos causados pela Lei Kandir.

Ontem, encontrei-me com o Deputado João Maia, que é Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano. S.Exa. me disse que está marcando uma audiência pública, convocando os Secretários dos principais Estados produtores e, naturalmente, convocando também os setores envolvidos da iniciativa privada, para debater esse tema. É algo que faz parte do marco regulatório, mas que tramita paralelamente, e aqui já estão sendo realizadas audiências públicas.

No que diz respeito mais exatamente a esse texto que produzimos e que também está tramitando na Casa, estamos preparando o lançamento de um caderno de altos estudos, o que é mais ou menos praxe da Comissão. Ou seja, no final de cada estudo se produz um trabalho, um caderno, um livro que é publicado, e se convidam autoridades, pessoas envolvidas com o tema, para participarem desse



lançamento. Já estamos finalizando as revisões, já concluímos o prefácio, etc. A nossa expectativa é de, entre a última semana de maio e a primeira semana de junho, lançarmos esse caderno de altos estudos. A previsão é o dia 1º de junho. Mas vamos adequar essa data. Entre a última semana de maio e a primeira semana de junho vamos fazer esse lançamento. E, naturalmente, é fundamental contarmos com a presença e com o prestígio de todos os companheiros, para que realmente saia algo com um peso político suficiente para poder tramitar celeremente nesta Casa.

Sei que o Poder Executivo também está pautando esse tema, o Ministério está estudando o assunto, mas acho importante para o Poder Legislativo, para a sua reafirmação, estar na dianteira desse processo. Portanto, na data de lançamento desse caderno é importante termos o prestígio de todos.

Essas são as informações que eu gostaria de trazer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - Muito obrigado, Deputado Jaime Martins, pela sua explanação.

Em nome do Deputado Inocêncio Oliveira, Presidente deste Conselho, quero dizer que estamos muito felizes em saber que um trabalho tão importante está sendo concluído e, brevemente, com a presença de todos nós, será dado ao conhecimento público. Tenho certeza de que essa é uma grande contribuição ao País.

Encerradas as exposições que estão na pauta, vou conceder a palavra aos demais membros.

Inicialmente, passo a palavra, com muita satisfação, ao meu amigo e colega de faculdade Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Muito obrigado, meu caro Deputado e amigo Newton Lima. É uma alegria poder integrar este Conselho.

Estivemos aqui juntos na primeira reunião. Não pude estar na segunda, mas delinear-se prioridades. E é uma satisfação ver que elas estão em total implementação.

Quero cumprimentar inicialmente todos os que fizeram relatos. Cheguei mais ao final, mas é uma alegria ver que as coisas estão andando. É muito positivo.



Sr. Presidente, quero submeter a V.Exa. e aos Parlamentares, com a assistência valiosa da nossa consultoria, que muito nos orgulha, um assunto que abordei na primeira reunião.

Quando fizemos aquele elenco de assuntos que poderiam ser priorizados pelo grupo de trabalho — e alguns deles já mereceram relato hoje —, eu havia mencionado um fato e quero solicitar ao Conselho autorização para que ele possa ser incluído como prioridade de trabalho também. Ontem, inclusive, procurei o Presidente Inocêncio Oliveira, e S.Exa. manifestou entusiasmo e apoio ao assunto.

Lembro-me bem de que disse — desculpe ser repetitivo para alguns que ouviram aquele dia — que o primeiro trabalho que festejamos no Conselho — eu não estava na Câmara dos Deputados naquele período — foi sobre biocombustíveis. Esse trabalho gerou o primeiro caderno, como esse que vamos ter agora sobre o marco regulatório da mineração. Foi importante, deu um sinal de prioridade, ajudou a orientar toda uma série de questões tratadas desde então pelo Executivo e que repercutiram em políticas públicas debatidas na Câmara dos Deputados também.

Propus e alertei que nessa esteira deveríamos preocupar-nos com relação ao etanol, o nosso álcool combustível. O etanol é hoje manchete em todos os jornais. E, desde aquela nossa reunião — hoje já se completa 1 mês e 1 semana da primeira reunião —, os fatos só recrudesceram.

Hoje, o Governo anuncia a sua decisão de deixar de tratar o etanol como um produto da alçada do Ministério da Agricultura, como um bem do âmbito da produção agropecuária, e tratá-lo efetivamente como combustível, transferindo para a ANP toda a responsabilidade.

Elenquei naquele dia que temos questões sobre certificação que são tratadas no âmbito da ciência e tecnologia, no Executivo, e aqui, no desdobramento; há temas referentes à agricultura propriamente dita; há questões referentes ao desenvolvimento econômico; há desafios de permanente evolução tecnológica. Agora, por exemplo, a grande fronteira que se tem no álcool e que vai significar uma revolução do ponto de vista da produtividade será a capacidade de extrairmos o etanol a partir da celulose que é descartada hoje ou que conseguimos começar a queimar agora para a produção de energia renovável. O bagaço da cana é a fonte



hoje mais presente nas energias renováveis, ao lado de outras que crescem, mas para as quais podemos dar um uso ainda mais nobre. Vamos produzir a partir disso.

Atrasei-me um pouco porque estava numa reunião do Grupo Brasil-Estados Unidos, com a presença do embaixador americano, na qual um dos fatos que mais se festejou foi que, na vinda do Presidente Obama, estabeleceu-se um diálogo com perspectiva de avançar muito para a adição do nosso óleo ao querosene. Vamos ter o bioquerosene de aviação, com possibilidade de crescer também uma fonte renovável de produção. Enfim, é algo fantástico.

O Governo está tomando uma decisão no âmbito do Executivo de unificar o tratamento do etanol num grupo que integre a temática, porque estava dispersa pelos Ministérios do Desenvolvimento Econômico, da Agricultura, da Ciência e Tecnologia e até das Relações Exteriores, por conta de inúmeros tratados que há hoje em torno da questão da certificação.

Estou falando mais do que o necessário, uma vez que todos aqui já aprenderam isso e sabem até melhor do que eu, com o intuito de propor que nos dediquemos a um trabalho que transcende as Comissões, um trabalho estratégico, que exige iniciativa e fôlego. É algo muito atinente ao objeto do Conselho de Altos Estudos: a discussão do marco regulatório do etanol, abordando questões como certificação, comercialização, enfim, toda a cadeia de produção do etanol.

Gostaria de propor ao Conselho que acolhesse isso como uma das suas prioridades de trabalho neste período.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Newton Lima) - Muito obrigado, Deputado Arnaldo Jardim.

Antes de colocarmos em discussão a proposta desse novo tema, gostaria de abrir a palavra para os demais membros que ainda não se pronunciaram e que não são Relatores. Quem quiser usar da palavra pode fazê-lo.

Deputado Jesus Rodrigues, por favor. Depois voltaremos à discussão da proposta do Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. DEPUTADO JESUS RODRIGUES - É só para cumprimentar todos e dizer que, como temos realmente que nos desdobrar, tenho uma audiência com o Ministro Luiz Sérgio às 15h30min. Mas como é no Palácio do Planalto, dá para chegar lá rapidamente.



Quero aproveitar essa proposta do Deputado Arnaldo Jardim sobre o marco regulatório do biocombustível para dizer que venho estudando esse assunto há algum tempo e vejo que temos um problema no que diz respeito à parte da venda. Penso na agricultura familiar, pois vi experiências no Rio Grande do Sul e gostaria, inclusive, de levá-las para o meu Estado, o Piauí.

Vi a agricultura familiar produzindo álcool e a PETROBRAS adquirindo esse álcool. Mas, hoje, qualquer um que produza álcool não vai poder, de maneira alguma, vendê-lo direto ao consumidor. Ele tem que ir para um leilão e lá vender o álcool para uma distribuidora, que, por sua vez, vende para o posto de gasolina, que repassa ao consumidor. De certa forma, isso tira o pequeno agricultor, a agricultura familiar, do circuito, porque quem ganha mais termina sendo a distribuidora, e não o produtor.

Portanto, se esse assunto for contemplado nesse grupo de estudos, eu teria como inserir algumas pessoas que estão trabalhando nessa área. E gostaria muito de dar essa contribuição, assim como de receber contribuição, para que possamos realmente permitir que o agricultor familiar seja inserido nesse processo.

Essa foi aquela primeira ideia do Lula, a partir da mamona. E eu a acompanhei no meu Estado, no Canto do Buriti, com a Brasil Ecodiesel. Vi que muitos erros foram cometidos, por isso não deu certo. Mas a ideia é importante, é boa, e nós podemos, com certeza, tentar implementar, a partir da agricultura familiar, a produção de etanol.

O caso a que eu estou mais voltado é a produção de álcool a partir da batata-doce. Já há alguns trabalhos sendo feitos nesse sentido. E, claro, se não der pela batata-doce — a EMBRAPA Agroenergia e a EMBRAPA Meio-Norte vêm fazendo um estudo a respeito disso —, a cana-de-açúcar supre perfeitamente essa necessidade.

E aí vem o biodiesel ainda com as outras, digamos — não sei se o termo é exatamente cultivares, plantas —, oleaginosas que podem também gerar biodiesel. E precisamos também avançar para esta área: o biocombustível de maneira geral, o etanol e o biodiesel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Newton Lima) - Muito obrigado, Deputado Jesus Rodrigues.



Com muita satisfação, passo a palavra ao ilustre convidado Deputado Antonio Balhmann.

O SR. DEPUTADO ANTONIO BALHMANN - Sr. Presidente, inicialmente quero agradecer a gentileza do convite e dizer que, certamente, para nós é uma honra participar do Conselho que pensa o Brasil estrategicamente.

E na oportunidade em que alguns temas estão sendo aqui colocados, temas de grande interesse para a nossa região, especificamente, e para o País, fazendo referência à fala do Deputado Luciano Moreira, gostaria de lembrar algumas questões muito importantes para todos nós.

Uma delas é o que consideramos uma revolução silenciosa hoje no País. Comenta-se muito pouco na mídia, mesmo na mídia do Sul, mas hoje há uma inversão no sentido de que todas as cargas e toda a logística do Centro-Oeste brasileiro e do sul de alguns Estados, como Maranhão e Pará, começam a ter um cenário não muito distante e que está invertendo a lógica, fazendo com que as cargas dessas regiões precisem descer, no sentido inverso da localização dos mercados, e depois subir, alterando completamente o *transit time* dos produtos brasileiros e, obviamente, impactando a sua competitividade.

A Transnordestina está em construção. Nós não estamos falando mais de uma hipótese, mas de uma realidade que se apresenta num cenário muito próximo. A Transnordestina mergulha no Piauí e na fronteira com o Maranhão, com a possibilidade futura de, numa conexão multimodal com a Estrada de Ferro Carajás e com a Ferrovia Norte-Sul, todas no sentido sul-norte, favorecer o grande investimento feito nos portos equatoriais brasileiros.

Isso é uma revolução, porque os portos equatoriais brasileiros — e falamos especialmente de Suape, Pecém e Itaqui — são portos de grande calado e até mais caros. Pelo menos o de Pecém é um porto *offshore*, quer dizer, é mais caro para construir, mas é mais barato para manter. Além disso, são portos que têm condições de evoluir para qualquer tipo de navio ou de exigência internacional e qualquer tipo de produto. Possivelmente, qualquer porto desse pode ter uma infraestrutura futura de Chinamax, sem necessidade de dragagem permanente.

Sugiro que essa revolução seja incluída, já que nós estamos percebendo, na primeira reunião de trabalho, que se pensa na logística do Brasil. Essa revolução é



reforçada pela ampliação do Canal do Panamá, que passa para uma largura de mais de 50 metros, alterando completamente a logística entre o mercado brasileiro e a Ásia. Ao mesmo tempo, ele conecta portos equatoriais brasileiros de grande calado, como já dissemos, diminuindo evidentemente o *transit time* das cargas que saem do Brasil para o continente asiático. Tudo isso são cenários próximos. Nós não estamos mais falando de um cenário muito distante. Parece-me que a ampliação do Canal do Panamá está prevista para 2014, se não me falha a memória.

Não sei nem se houve o propósito consciente de fazer essa interligação ou essa conexão, mas a verdade é que há dois eventos, um no cenário internacional e outro no cenário nacional, para alterar completamente a logística brasileira por força da conjunção desses investimentos.

E começam a se inverter as cargas. Por exemplo, o Porto do Pecém amplia a exportação de carne, agora já vindo das regiões mais próximas do Centro-Oeste brasileiro. Essas cargas não mais têm de descer para Santos ou para um porto do sul. Inclusive, a relação, o contato com os empresários dos frigoríficos dessa região com o Porto de Pecém e, certamente, com os de Suape e Itaqui, já considera essas alternativas, que podem gerar um custo mais adequado para seus produtos.

Outro ponto importante que também faz parte do tema — eu não assisti a isso, mas certamente é de muito interesse para todos nós — é a questão das energias renováveis. Não há a menor dúvida de que a matriz energética brasileira deve também se alterar, num cenário próximo, por conta das nossas potencialidades em algumas fontes, especialmente, no caso do Norte e do Nordeste, a fonte eólica e a fonte solar. São duas fontes, uma delas já comercialmente competitiva, a outra ainda não, nas quais um grande interesse estratégico do Brasil, à semelhança do que fizeram a Alemanha e outros países europeus, de procurar avançar numa ambiência legal para permitir que a cadeia produtiva e os investimentos nessas áreas possam vir para o Brasil, por meio das relações com universidades internacionais e do capital privado.

Essa preocupação é principalmente na área da energia solar, que tem grande potencial. Vamos inaugurar ainda neste semestre a primeira usina comercial de geração de energia de fonte solar do País. É o resultado da criação de um abrigo legal no Estado que permite ao empresário privado gerador de energia atingir o seu



ponto de equilíbrio, por meio de um fundo que lhe dá a diferença entre o custo da tarifa normal, comum, para o de uma tarifa solar.

Mas, certamente, essa preocupação não deve ser apenas de um Estado. Quero só ressaltar que esses investimentos se dão exatamente nas regiões mais deprimidas do Nordeste brasileiro, nas regiões onde há potencial. Com tecnologia, nós já concluímos que o sol não é uma desgraça e, sim, dádiva. O sol só é castigo quando não existe tecnologia.

Hoje, tantas são as vocações econômicas que se afirmam no Nordeste que dizem que se chover atrapalha. Não pode chover. Isso vale para a energia solar, para o turismo, para a fruticultura irrigada. Nesses casos, se chover atrapalha!

Mas é importante dizer que há necessidade, no meu ponto de vista, de incluir nos estudos das energias renováveis a regulamentação que permita estender a todo o País condições de se desenvolver internamente, com o empresário brasileiro, e ainda de atrair o capital privado com esse objetivo, mecanismos que permitam o estímulo principalmente às fontes solar e eólica no atual cenário do País.

A mesma coisa vale para a área de eólica. O meu Estado é o que mais gera energia de fonte eólica. O último leilão já garantiu mais de 1 gigawatt de capacidade nominal de geração eólica, mas ainda é muito pouco em relação ao potencial do Brasil.

Em relação às jazidas, anteriormente se imaginava existirem somente no litoral do Rio Grande do Sul ou no Nordeste brasileiro. Hoje já se sabe que há grandes jazidas de vento nas montanhas e nos planaltos do sertão central brasileiro e também nas serras e nas chapadas do Nordeste.

Para nós o número desconcertante, mas a verdade é que o Brasil, como um dos cinco países emergentes do mundo, está ainda muito atrás no tocante a ter condições internas que favoreçam e estimulem as cadeias produtivas dessas fontes de energia.

A fonte eólica, só pelo fato de ter leilões com mais periodicidade, já começa a despertar, e definitivamente começam a se instalar todos os grandes *players* do mundo nessa área.

Portanto, eu queria fazer referência especial a essas duas questões, mas sem esquecer de que há no setor mineral brasileiro, e muito especialmente do Nordeste,



em função do aumento do preço de determinadas *commodities* do setor mineral, condições de se explorar — já estão sendo exploradas — ocorrências de minérios de ferro superficiais, jazimentos superficiais de alto teor que antes não se valorizavam, porque sequer seria viável lavrá-las. Por coincidência positiva dos fatos, há esses jazimentos superficiais, cada um, individualmente, sem valor comercial, mas quando se amplia o foco da visão, percebe-se que são muitos jazimentos com essa característica. Além disso, a ferrovia passa entre eles e, por isso, não há tanta necessidade de se construir ou investir em ferrovia, o porto fica na sua proximidade, ou seja, há uma série de investimentos que já foram realizados e que viabilizam o negócio comercialmente.

Esta semana saiu o segundo navio do Porto de Pecém para exportar minério de ferro para a China, por iniciativa de empresários chineses. Há também mudanças nesses elementos que precisam ser consideradas nesta fase de estudo.

Encerrando, agradeço ao Deputado Newton Lima o convite. Certamente sempre vamos poder contribuir com todo o carinho e interesse.

O SR. PRESIDENTE(Deputado Newton Lima) - Eu é que agradeço, em nome do Deputado Inocêncio Oliveira, as suas enriquecedoras contribuições. O nosso Presidente estava certo de convidá-lo, porque, sem dúvida alguma, é perceptível o seu conhecimento em relação a essa matéria, e V.Exa. só vai enriquecer o nosso trabalho.

Quero agora me permitir, na condição de Presidente provisório desta reunião, colocar uma questão à consideração dos Deputados Arnaldo Jardim e Antonio Balhmann, que se expressaram sobre o marco regulatório do etanol e dos biocombustíveis, sem ter tido oportunidade de ouvir a exposição do Deputado Pedro Uczai. Poderíamos fazer um resumo da exposição, para podermos compreender como dialogam as propostas. Uma delas, que já está em andamento, tem como Relator o Deputado Pedro Uczai, e a outra é a proposta formulada formalmente hoje pelo Deputado Arnaldo Jardim e que talvez possa vir a contemplar também as preocupações do Deputado Antonio Balhmann.

Então, se me permitirem, peço ao Deputado Pedro Uczai que resuma sua exposição inicial, para podermos encaminhar a discussão. É exatamente o foco da Proposta nº 3. Isso certamente nos ajudará a caminhar nesta reunião.



O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Um pouco nessa direção, eu fico feliz com o fato de que o debate do marco regulatório do etanol seja um ponto do debate sobre as energias renováveis. Poderia ser um capítulo de estudo, e poderíamos debatê-lo a partir de agora. Nós avançaremos junto com os consultores.

Quero deixar aqui uma proposta para discussão da energia eólica e da energia solar. A energia solar é a que tem, a médio prazo, mais problemas, do ponto de vista regulatório no País. Alguns Estados tomaram algumas iniciativas nessa direção, mas o que apresenta problemas agora e que nós poderíamos tratar, dentro do marco regulatório das energias renováveis, é o debate sobre os biocombustíveis, em especial sobre o etanol, que é urgente, por estar ligado à questão de preço para a produção e para o mercado.

O Governo precisa resolver se é pela lógica do preço internacional do etanol e do açúcar que se vai definir o que produzir e o que vender. Não há como pensar o desenvolvimento do País, se não tivermos etanol em período de entressafra. É preciso haver um marco regulatório que permita, de uma forma ou de outra, garantir a soberania energética. É isso que V.Exa. comenta: etanol não é alimento, etanol é combustível.

Vivemos na década de 80 um problema seriíssimo de desativação do uso de etanol, em função da conjuntura internacional e pelo fato de não se usar a cana-de-açúcar para produzir etanol.

Então, quero caminhar nessa mesma direção, não só a certificação, mas neste momento a própria comercialização precisa de decisão de governo, de decisão de soberania. Quando a questão é energética ela é de soberania, assim como a alimentar.

Falava-se aqui de biocombustível, microdestilaria. Hoje o INMETRO está desenvolvendo um trator em parceria com a FIAT, projeto que será concluído nos próximos meses. Há possibilidade de produção em série que usa 100% de oleaginosa, por exemplo, de soja, que pode ser prensada a frio. Ou seja, o agricultor compra uma pequena máquina que custa mil reais, espreme a soja, e vai ter na tecnologia o consumo. Só que ele não pode vender para o vizinho.

Então, há novas alternativas. Por exemplo, a eólica não tem como hoje, no marco regulatório, fazer pequenos leilões. Por isso, há grandes grupos econômicos



que poderiam ter aerogeradores de 15 metros, 20 metros, para um tipo de capital investido, que é viável economicamente.

Não temos ainda o marco regulatório da energia solar, como também o da geração distribuída de dejetos de bagaço de cana, dependendo do lugar, ou da biomassa. E há dificuldade enorme, que as concessionárias expõem, de 4 milhões e 500 mil quilômetros de rede distribuição.

A rede de transmissão é de 100 mil quilômetros, mas a rede de distribuição tem 4 milhões e 500 mil quilômetros, e não pode só distribuir a energia, pode receber energia, mas não tem o marco regulatório para isso. Por exemplo, uma usina que utiliza biomassa para gerar energia, como vai distribuir? Tem uma grande dificuldade.

Temos a maior produção da América Latina de dejetos de suínos. Em São Miguel do Iguazu, agora, de acordo com a COPEL, os produtores de suíno estão colocando na rede a energia elétrica produzida. Na semana passada, uma nota do produtor rural diz ter recebido 2.147 de energia elétrica. Recebeu. Mas há dificuldade de construir esse marco regulatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Newton Lima) - Recebeu e despoluiu.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Recebeu e despoluiu. É uma alternativa econômica de um problema ambiental que vivenciamos.

Eu quero ver se é possível, dos quatro temas que já estão eleitos, o etanol, energia renovável, novo marco regulatório, ser parceiro. E dá para construir, junto com esse grupo de consultores, esse marco regulatório que envolve preço, legislação e perspectiva de estratégia de soberania energética no País.

O etanol se apresenta como uma grande perspectiva. O preço do açúcar, neste momento, não pode fazer diminuir a produção de etanol no País, quando a perspectiva é o inverso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Newton Lima) - Até porque açúcar faz mal para a saúde.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - É bom produzir açúcar mascavo, incentivar a agricultura familiar. Então, concordo e sou parceiro nesse debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Newton Lima) - Antes de ouvirmos as considerações do Deputado Arnaldo Jardim...



O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Newton Lima) - Pois não, Deputado Pedro.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. Presidente, em relação ao plano de trabalho de V.Exa. e dos outros, eu quero elogiá-lo. Fico feliz pela forma como foi construído o plano de trabalho. Há algumas instituições que poderiam, além do eixo Rio-São Paulo, ser consultadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Newton Lima) - Foi o que eu disse logo no início. Eu gostaria que fossem encaminhadas essas contribuições. Como eu disse, foi só um pontapé inicial para que possamos recolher as contribuições dos outros Estados. Conhecemos algumas pessoas e certamente teremos muito mais especialistas, empresas inovadoras e escritórios de advocacia que trabalham com o tema do patenteamento.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Quanto à logística, eu presido — há 15 anos estou nessa luta das ferrovias — a Frente Parlamentar das Ferrovias. Na próxima semana teremos uma reunião com o Ministro e, a partir daí, vamos fazer toda uma estratégia de pensar o Brasil na sua inteireza, vamos usar essa expressão, porque há projetos regionais em ferrovias que estão em conflito ou estão na construção de um sistema nacional articulado, intermodal.

Entendo que nesse debate da logística vamos pensar uma estratégia não apenas para o Brasil no que se refere às ferrovias, mas na integração com os países do MERCOSUL, na ligação bioceânica, que é estratégica para os Tigres Asiáticos. E, dependendo da região, economizaremos 25 dias nos portos que ligam o Brasil à Ásia pelo Pacífico. Devemos pensar nas ferrovias sob a estratégia de integração brasileira e regional, principalmente do Brasil com a América Latina.

Já existe articulação com outros países — por isso esse tema é interessante. Na próxima semana conversaremos com o Ministro sobre a realização de um seminário internacional de todos os países da América Latina, para pensar uma estratégia regional geopolítica para as ferrovias, do ponto de vista de tecnologia.

Na última quinta-feira houve um seminário, que durou o dia inteiro, sobre as grandes tecnologias de todo o mundo na área de vagões e trens para diferentes finalidades. Precisamos efetivamente integrar o Brasil por ferrovias no transporte de cargas e de passageiros.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Newton Lima) - Muito obrigado, Deputado Pedro Uczai.

Passo a palavra ao Deputado Jaime Martins.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Sr. Presidente, tenho de sair agora, uma vez que tenho audiência no Ministério dos Transportes, e depois uma sequência, uma com o Luiz Sérgio e outra com o DNIT.

Assim sendo, irei me reservar para fazer explanação mais detalhada sobre o assunto na próxima reunião. Mas devo dizer que, nos últimos anos, muito me debrucei sobre o tema da logística nesta Casa. Aliás, essa é a minha especialidade, apesar de ser engenheiro metalurgista, de conviver com o tema mineração, sobretudo também por ser de Minas Gerais, onde já se nasce minerando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Newton Lima) - Já nasce mineiro. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Mas o tema dos meus quatro mandatos — já estou no quinto mandato — foi muito voltado para ferrovias e logística. Exatamente por isso me debrucei muito sobre os estudos na área de logística, ocasião em que tive oportunidade de praticamente relatar todos os importantes temas ligados à ferrovia. Projetos como o Trem de Alta Velocidade nasceram aqui no Parlamento. À época, foi incluído no Plano Nacional de Viação, do qual fui Relator — e tive de enfrentar o Governo, que não aceitava de forma alguma colocar o tema na pauta de discussão —, a Ferrovia de Integração Oeste-Leste da Bahia, quando tive oportunidade de, na relatoria, criar a interligação da Transnordestina com a Norte-Sul em um projeto separado.

Portanto, hoje temos as interligações de todos os importantes portos do Atlântico, ligado por uma espinha dorsal, que é a Norte-Sul, e já dispomos de um projeto relatado, que foi aprovado, para levá-la até o Porto de Rio Grande, no Rio Grande do Sul.

O Brasil terá a Ferrovia Norte-Sul como espinha dorsal, interligada por corredores. Queremos inclusive estabelecer corredores de competitividade, que é um dos grandes problemas do Brasil, não apenas a deficitária infraestrutura, mas também o monopólio estatal, em concessão à iniciativa privada, do controle das ferrovias, tema ora em discussão no Governo. Ou seja, a criação de novo marco regulatório para o setor ferroviário.



E tive oportunidade ainda de criar na relatoria a Ferrovia Transcontinental, que liga todos os portos, o Atlântico a um ou mais portos do Pacífico. Na nossa proposta aprovada a interligação é feita pelo norte do Peru, no Porto de Callao. Fui ao Peru, e, na ocasião, aprovamos o projeto no Parlamento peruano. Inclusive hoje estou recebendo uma comitiva de chineses interessados nesse projeto, e vamos nos deter nele para avançar.

Parte dessa ferrovia já está incluída no edital da VALEC, que será lançado, é a parte que atravessa o Estado do Mato Grosso, e regionalmente recebe o nome de Ferrovia de Integração do Centro-Oeste. A ferrovia atravessa a fronteira com o Peru, em Boqueirão da Esperança, no Acre, e, do lado de cá, pela Norte-Sul, interligará os Portos de Ponta da Madeira, no Maranhão, Pecém, Suape, com Barcarena, no Rio Amazonas. Interligará ainda o Porto de Ilhéus, quando ele estiver pronto e quando estiver pronta a Ferrovia de Integração Leste-Oeste, que inclusive está licitada, as obras já estão em andamento.

Pretendemos interligar com o Porto do Açú, que é norte do Rio de Janeiro, próximo à cidade de Campos, e um pouco mais embaixo, pela Norte-Sul, com o Porto de Santos, bem como com os Portos de Paranaguá e Rio Grande.

Portanto, é um tema que gostaria de oportunamente me aprofundar um pouco mais. Pretendo também trazer para cá uma proposta de trabalho. Eu fui Presidente da Comissão de Viação e Transportes em 2009, promovemos inclusive seminários internacionais de ferrovias. Estamos com uma proposta já aprovada este ano para um seminário de ferrovias, para um seminário de hidrovias na Comissão de Portos e Vias Navegáveis. Trouxemos aqui, na ocasião, inclusive, o corpo de engenheiros do Exército Americano, que é responsável pela operação e pela gestão da hidrovia do Mississippi, que pude visitar e ver o belo trabalho que realizam naquela hidrovia.

Acho que vamos ter de refazer um trabalho que o Ministro e Senador Eliseu Resende tentou fazer nesta Casa durante muito tempo. Ficou quase duas décadas trabalhando no Sistema Nacional de Viação. Aprovou como Deputado, depois aprovou como Senador, teve alterações, voltou para esta Casa, eu relatei. E, no final do Governo passado, aprovamos o novo Sistema Nacional de Viação.

Parece que involuntariamente vetaram diversas partes desse Sistema Nacional de Viação, e ele ficou absolutamente incompreensível e deficiente. Acho



que temos de retomar esse assunto, inclusive modernizando, porque agora temos de tratar também dos dutos, que passam a ser importantes na política de transporte de cargas, o transporte dutoviário, o transporte aeroviário. Temos de integrar tudo isso ao Sistema Nacional de Viação, ao Plano Nacional de Viação ou ao nome que se venha a dar, cujo capítulo dos portos já está sendo aqui estudado e trabalhado. Da mesma forma que nas energias renováveis podemos fazer juntar os capítulos que estão sendo estudados, acho que nesse sistema de viação também podemos fazer isso. Quer dizer, ferrovias, portos, aeroportos, dutos, hidrovias, juntar tudo isso num sistema que é fundamental para o progresso e para o desenvolvimento do País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Newton Lima) - Sem esquecer das infovias hoje em dia.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - No Brasil, temos alguns problemas estruturais, juros excessivamente altos, carga tributária excessiva. Se não solucionarmos o problema de infraestrutura de forma adequada, certamente, em determinado momento, vamos ter um colapso.

Peço licença para os companheiros para me retirar e oportunamente vamos aprofundar mais nesse tema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Newton Lima) - Muito obrigado, Deputado Jaime Martins.

Passe o microfone ao Arnaldo Jardim, por favor.

O SR. DEPUTADO LUCIANO MOREIRA - Diante das observações valiosas que V.Exa. trouxe para o Conselho, a Consultoria está aglutinando o maior número de estudos e de iniciativas que possam realmente contribuir para definir o escopo do trabalho. Então, solicito que o Ricardo pegue essas informações, esses estudos, todas as iniciativas já tomadas para podermos juntar às outras iniciativas que já estão sendo levantadas pela Consultoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Newton Lima) - Acho que esse seria o grande encaminhamento.

Só quero ouvir o Deputado Arnaldo Jardim, antes de fazer o encaminhamento sobre o diálogo entre esses pontos todos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Sr. Presidente, vamos resistir todos à tentação de qualquer discussão de mérito aqui.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Newton Lima) - Claro.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Alguns pontos vão aflorar nesse debate, e devemos refletir a respeito. Por exemplo, discute-se que o etanol teve agora uma situação de escalada de preço por conta do fato de estarmos destinando a cana-de-açúcar à produção de açúcar. Isso não encontra amparo em nenhum número. A nossa produção de etanol aumentou no ano passado. O consumo aumentou muito mais. A participação relativa da produção de etanol vis-à-vis a produção de açúcar dentro do total de cana que se colhe teve uma variação, ou seja, 52% destinado ao açúcar e 48% destinado ao álcool. Isso ficou agora em 53% e 47%, até porque a estrutura produtiva não permite.

Produzir leite ou café, são rotas diferente, são instalações industriais distintas. Não dá para chegar um dia e dizer que agora se vai produzir só açúcar, porque se tem toda uma estrutura posterior de armazenamento e distribuição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Newton Lima) - Logística.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Mas é um debate que podemos fazer aqui, buscar consenso e tudo o mais.

O Deputado Pedro Uczai falou com propriedade em dois momentos sobre a questão do etanol, especificamente. O etanol, que surgiu com o PROÁLCOOL, logo na esteira da crise do petróleo, em 1973, quando se formou a OPEP, escalado esse mudo patamar de 8 dólares no barril, naquela época, passa a 30 dólares, o que era triplicar ou até quadruplicar o preço. Isso em escala mundial produziu todo um reflexo de preço. Hoje estamos falando em cem, na crise baixou até trinta e oito e, anteriormente à crise, tínhamos estado, em 2007, até cento e quarenta e sete o barril. E hoje estamos falando em 100, 110 dólares o preço.

Então, é uma volatilidade. Enquanto o preço da gasolina no Brasil se manteve razoavelmente estável, porque o Governo julga estratégico — essa é uma definição de Governo — manter a estabilidade do preço da gasolina. Tem hora que o Governo ganha com isso, está mais barato comprar e produzir vis-à-vis ao preço, e tem hora que perde com isso, mas se mantém por conta disso.

Então, nesse período, estamos comparando o preço de um combustível, no caso a gasolina, que tem essa característica de sua formação e de um grau de controle; e, por outro lado, um preço que sofre essa volatilidade na entressafra.



Então, é uma discussão fascinante, além dessa questão da comercialização que se faz por distribuição e tudo o mais. São questões que foram muito bem expostas aqui.

Quando propus, na primeira reunião, este tema, mencionei a conjuntura. Mas o Conselho tem de ter discussões de médio e longo prazos. Hoje, por exemplo, na Comissão de Minas e Energia, já se debateu e vai se ter uma audiência pública para discutir a questão do etanol. Então, temos de fazer a mediação entre o que é imediato, as pressões, e preservar para uma discussão de mais longo prazo.

Disse que ia resistir, mas não resisti muito. Fiz uns comentários de conteúdo. Quero dizer o seguinte: estou aberto ao que for decidido. A minha proposta apresentada, na primeira reunião, era que definíssemos como um dos temas o marco regulatório específico do etanol. Inclusive, naquele dia, nos referimos à vinda do Presidente Obama, dissemos que teria um peso importante no debate. Isso realmente aconteceu, foi um dos temas debatidos. Acho que nossa Presidente dirigiu bem isso. Quer dizer, o Obama quer prioridade para levar o petróleo do pré-sal para se livrar, do ponto de vista geopolítico, da tensão do Oriente Médio ou da circunstância política da Venezuela. Acho que podemos fazer uma boa parceria. Em contrapartida, temos exatamente de abrir o mercado para nossos biocombustíveis, definir inclusive a visão do petróleo como o excedente que virá, como um excedente de exportação.

Está aqui nosso amigo da PETROBRAS que sabe muito bem o que isso significa do ponto de vista estratégico.

Essas são as minhas preocupações. Quando propus, era para que tivéssemos isso como foco, discutir o como marco regulatório específico do etanol. O que for decidido aqui está bem.

Se se compreende aqui, no capítulo de energias renováveis, que poderão ser discutidas todas as questões de energias renováveis e ser introduzido esse debate ali, acho que vai ficar um espectro enorme de energias renováveis. Mas, se dermos conta disso, e o Deputado Pedro tem capacidade de relatar isso, não me oporei. Será um item de discussão a ser tratado de forma integrada. Não tem nenhum problema.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Newton Lima) - Deputado Arnaldo Jardim, agradeço a V.Exa. pelas palavras e o desprendimento.

Penso que as duas coisas são conciliáveis. Investido eu aqui transitoriamente na responsabilidade de presidir, privilégio que me deu o Deputado Inocêncio Oliveira em função de exames médicos que está fazendo, vou ousar propor e pedir, inclusive, apoio ao nosso Secretário Executivo, Ricardo Rodrigues, para que nos ajude a trazer para a próxima reunião uma formatação que caminhe na seguinte direção — se me permitem. A primeira delas é colocar o tema do marco regulatório dos biocombustíveis de uma maneira geral, por se tratar das energias renováveis, como proposto, já em andamento, tendo como Relator o Deputado Pedro Uczai. Mas que puséssemos em primeiro foco, até porque temos mais avanços inclusive na área de etanol do que na energia solar, na energia eólica e certamente em outros biocombustíveis, esse capítulo, como prioritário e prevalente na primeira abordagem, enquanto se estrutura. E aí sob coordenação do Deputado Arnaldo Jardim.

Pois não.

(Intervenções fora dos microfones. Inaudíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Newton Lima) - Deixe Ihe passar. A correlatoria...

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Essa expressão de correlatoria. Estou muito à vontade. Uma boa parceria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Newton Lima) - Vou pedir ao Secretário Executivo que junto com os autores das duas proposições construam essa formatação. Temos, então, uma correlatoria, temos um tema central, que é do marco regulatório das energias renováveis. No tema específico do etanol, contaremos com a valiosa coordenação do nosso Deputado Arnaldo Jardim como Relator.

Pode ser assim?

Então, não havendo mais nada para a reunião de hoje, tomo a liberdade de convidá-los a ir ao plenário.

Está encerrada a reunião.